

**EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 062/2025.****EMENDA ADITIVA Nº 45 / 2025.**

RECEBIDO-PROTOCOLO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA-PB
12:13 Em 11/06/2025
SECRETARIA

Emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 062/2025 que "Dispõe sobre as diretrizes para Elaboração da Lei orçamentária para o exercício de 2026, e dá outras providências".

Art. 1º - Fica acrescido as Metas e Prioridades da Administração Municipal, anexo da LDO, no demonstrativo das Metas e Prioridades o seguinte dispositivo:

APROVADO 1º TURNO
Câmara Municipal de Santa Rita
12/06/2025
PRESIDENTE

ÓRGÃO	01.010 – CÂMARA MUNICIPAL	Valor Meta
DESCRIÇÃO DA META	Construção da Sede do Poder Legislativo	1.000.000,00

Art. 2º - O Poder Executivo procederá alterações na Lei de Diretrizes Orçamentaria Municipal, inclusive as concernentes e seus anexos, garantindo os projetos e atividades a fim de implementar adequadamente a presente emenda legislativa.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem por objetivo incluir previsão orçamentária para a construção da sede própria do Poder Legislativo Municipal de Santa Rita, considerando sua relevância institucional e a necessidade de fortalecer a autonomia e a eficiência administrativa desta Casa Legislativa.

APROVADO 2º TURNO
Câmara Municipal de Santa Rita
12/06/2025
PRESIDENTE

Atualmente, o Poder Legislativo encontra-se instalado em estrutura física inadequada, o que compromete a qualidade do atendimento à população, a eficiência das atividades legislativas e o cumprimento das atribuições constitucionais e regimentais. Além disso, a ausência de sede própria representa um ônus financeiro recorrente para o erário público, em razão dos custos de aluguel e de adaptações periódicas em prédios que nem sempre atendem às necessidades específicas da atividade parlamentar.

A construção da sede própria proporcionará melhores condições de trabalho aos parlamentares, servidores e à população que utiliza os serviços legislativos, assegurando acessibilidade, segurança, organização funcional e espaços adequados para audiências públicas, reuniões de comissões e sessões plenárias. Essa iniciativa fortalece a autonomia do Poder Legislativo e contribui para a melhoria da governança democrática local/estadual.

Ressalta-se, ainda, que a medida está em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e moralidade que regem a administração pública, previstos no artigo 37 da